



Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS, LEOLINDA FIGUEIREDO DALTRO, MARIA LACERDA E BERTHA LUTZ

THE FIGHT FOR EQUAL RIGHTS: APPROACHES AND DISTANCING, LEOLINDA FIGUEIREDO DALTRO, MARIA LACERDA AND BERTHA LUTZ

RESUMO

Este artigo objetiva identificar aproximações e distanciamentos nos ideários feministas de três mulheres brasileiras nascidas no século XIX, e que se envolveram politicamente com as lutas pelos direitos das mulheres na primeira metade do século XX, que foram: Leolinda de Figueiredo Daltró (1859–1935), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Bertha Lutz (1894-1976). Os achados emergem de uma pesquisa bibliográfica, cujos resultados revelam a relevância e as contribuições da atuação política dessas mulheres na luta por igualdade de direitos e cidadania para as mulheres, que teve na conquista do direito ao voto em 1932 sua primeira conquista. Essas brasileiras assumiram posicionamentos, ora convergentes, ora divergentes, mas mantendo ideais comuns, embora os meios para chegar a esses ideais as tenham distanciado em vários momentos de suas trajetórias que seguiram caminhos independentes e enfrentaram limitações em razão das forças adversas da sociedade no período por elas vivido.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismo. Direitos das mulheres.

ABSTRACT

This article aims to identify approximations and distances in the feminist ideals of three Brazilian women born in the 19th century, who were politically involved with the struggles for women's rights in the first half of the 20th century, which were: Leolinda de Figueiredo Daltró (1859–1935), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) and Bertha Lutz (1894-1976). The findings emerge from a bibliographic research, the results of which reveal the relevance and contributions of these women's political activities in the struggle for equal rights and citizenship for women, which had their first conquest in the right to vote in 1932. These Brazilians took positions, sometimes convergent, sometimes divergent, but maintaining common ideals, although the means to reach these ideals distanced them at various points in their trajectories that followed independent paths and faced limitations due to the adverse forces of society in the period for they lived.

Keywords: Women. Feminism. Women's rights



Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

As ligas e movimentos associativos feministas passaram a priorizar a conquista do sufrágio, como uma barreira a ser superada para obter a igualdade política entre os gêneros, acreditando que as mulheres uma vez habilitadas a votarem escolheriam representantes que defendessem as pautas femininas, suprimindo uma demanda represada por direitos. Dentro desse quadro de supressão de direitos é que surgem os movimentos de mulheres no Brasil, sendo o pioneiro na América Latina.

As primeiras vozes fazem-se ouvir no final do século XIX em meio a uma sociedade marcadamente sexista e patriarcal. A despeito da resistência à conquista de direitos por parte das mulheres, novas vozes surgem na seara da aquisição do espaço público. Incorporam temas que passam a ser discutidos nos partidos, associações e ligas, instigando as mulheres a buscarem educação, acesso ao direito de votar e a ruptura com as desigualdades de direitos entre homens e mulheres.

Sabemos hoje que o gênero é um elemento característico das relações sociais que tomam como base as alteridades entre os sexos e permite revelar as relações de poder (SCOTT, 1995). Essa categoria de análise permite compreender as idealizações de masculino e feminino no transcurso histórico. Elucida a multiplicidade de representações do feminino e do masculino em variados contextos culturais. Portanto, nos permite entender um pouco melhor a sociedade da época de atuação política de Leolinda de Figueiredo Daltro, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, com suas nuances de pioneirismo, avanços e recuos.



Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

A luta dos movimentos de mulheres no Brasil foi longa e árdua, pois, de acordo com o pensamento vigente até meados do século XX, caberia à mulher, a reclusão ao privado cuidando da casa, do marido, da educação dos filhos e filhas pelo simples fato de ser do sexo feminino. Não estando apta a atuar politicamente. A propósito, Souza (2018, p.56) sobre a trajetória das mulheres por direitos assim se posiciona

Muitas outras manifestavam suas inquietações em relação ao tratamento recebido pelas mulheres na sociedade, como através da literatura, da imprensa, escondidas atrás de um pseudônimo masculino para poderem ter o direito de expressar suas opiniões. Ainda no século XIX elas reivindicavam o direito à educação, à cidadania e autonomia. Sendo que, no fim desse século a luta pelo voto se tornou símbolo do movimento. As sufragistas se tornaram alvo de simpatizantes e muitos opositores. Tendo elas no início do século XX aparecido bem organizadas e após pressionarem governantes e a sociedade progressivamente conquistaram esse direito.

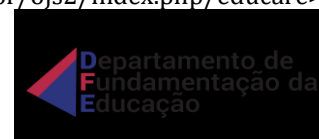
Iremos nos deter na atuação política de três mulheres brasileiras no século XX, que foram: Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Bertha Lutz (1894-1976). Com isso objetivamos identificar aproximações e distanciamentos em seus ideários políticos de defesa das mulheres através dos movimentos feministas do início do século XX.

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO PENSAMENTO FEMINISTA DE MULHERES CONTEMPORÂNEAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nosso contato com essas três mulheres – Leolinda Daltro, Bertha Lutz e Maria Lacerda – aconteceu no decorrer da pesquisa de mestrado ao perceber o quanto foram

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

ativas no enfrentamento à exclusão das mulheres na sociedade enquanto lutavam para a conquista da liberdade, ampliação do acesso à escolarização e direito ao sufrágio. O fizeram através da literatura, jornais impressos, palestras bem como organizações de ligas e associações.

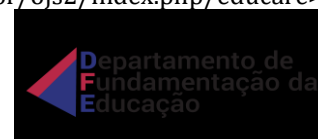
Mulheres que nasceram no final do século XIX, mas que tiveram sua atuação política no século XX enfrentando e tentando superar as questões de gênero do período. Algumas delas como Leolinda e Maria Lacerda, apesar da grande contribuição que deram aos movimentos de mulheres, sofreram um esquecimento seletivo por parte da história, visto que romperam com as ideias naturalizadas de inferioridade do feminino tão em voga no século XIX que ainda persistiam na primeira metade do século XX. Já Bertha Lutz como mulher branca da elite carioca e devido ao seu posicionamento mais conciliador frente aos direitos femininos, as críticas a sua atuação foram mais brandas sendo mais lembrada quando se fala de movimentos feministas no Brasil. Corrobora com essa ideia Bester (2016, p. 336)

Destaque é dado, nos relatos históricos, à atuação da feminista e ativista política Bertha Lutz, que foi a grande líder do movimento sufragista brasileiro em seus últimos anos, tanto é que comumente o seu nome é o mais lembrado sempre que se toca no tema.

A baiana da nascente classe média Leolinda de Figueiredo Daltro (1858 – 1935), nasceu em Nagé na cidade de Cachoeira depois migrou para a capital, o Rio de Janeiro. Assumiu um papel de protagonista das suas ações políticas como professora, indigenista e feminista. Destacou-se entre outras coisas tornando-se militante na luta pela participação das mulheres no processo eleitoral, exigindo o sufrágio e a educação feminina.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

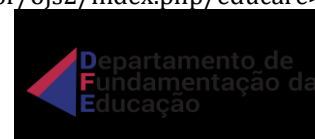
Os jornais do Rio de Janeiro passaram a veicular inicialmente o nome de Leolinda Daltro atrelado à causa indigenista e reivindicando uma política de proteção aos indígenas. Nessa empreitada recebeu apoio de diversos segmentos sociais dos estados brasileiros e por 15 anos, tempo que o Estado Nacional discutiu a política para os povos originários, suas ações foram bem vistas. Depois passou a ocupar as manchetes com a causa do feminismo. O que foi bastante criticada ganhando ora, admiradores, ora colecionando desafetos (ROCHA, 2016).

A proposta indigenista da professora Leolinda foi assim definida por Karawejczyk (2014, p. 333) “Ardorosa defensora dos direitos dos indígenas batalhou tanto pela alfabetização laica dos mesmos quanto buscou a sua integração na sociedade, sem conotações missionárias, ideia inovadora para a época”. Visava proporcionar aos nativos, educação laica que se confrontava com as ordens religiosas da época e acesso à cidadania. Realizou no interior do Brasil, segundo Pinto (2003, p. 18-19) “[...] uma cruzada em defesa dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese”. O posicionamento de Leolinda frente aos indígenas, portanto, era bem audacioso e diferente, pois, ia além de ensinar a ler e escrever já que propôs o serviço de proteção e auxílio aos mesmos.

O Serviço de Proteção ao Índio foi fundado em 1910, mas Leolinda não foi sequer convidada para a solenidade e nem indicada para chefiar a instituição, cargo que foi entregue ao marechal Rondon. A sua nomeação não se efetivou devido a sua condição feminina ficando explícito o sexismo da sociedade. Vale salientar que em 1909 tentou se alistar como eleitora, mas não foi aceita. Provavelmente esses impasses tenham estimulado a se voltar ao projeto feminista de criar uma organização para reivindicar os direitos das brasileiras, assim em 1910 foi criado o Partido Republicano Feminino (PRF). No entendimento de Karawejczyk (2014, p. 337)

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

[...] a criação do PRF pode ter sido a conscientização de que era através da legislação parlamentar que os homens estavam salvaguardando os seus direitos e impedindo as mulheres de participar do mundo público e político. De modo que, para Leolinda, a questão do voto deixava assim de ser considerada como uma diferença meramente simbólica e passava a ser vista como a chave para grandes mudanças uma vez que tais mudanças pareciam estar condicionadas às decisões do Parlamento, essa constatação talvez tenha dado a ela a ideia de fundar um partido político e lutar por seus direitos.

Foi se baseando no texto constitucional e argumentando que nele não havia impedimento para as mulheres se alistarem como eleitora e nem a proibição a se candidatar a cargos políticos que Leolinda à frente da PRF provocou a classe política levando-a discutir quem podia exercer os direitos de cidadão. Em 1919 se candidatou ao cargo de intendente municipal no Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso.

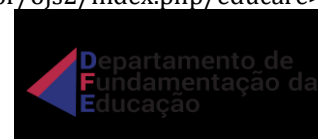
Em Karawejczyk (2014, p. 334-335) vamos encontrar o seguinte sobre o cenário social do período em que viveu Leolinda

[...], enquanto o *homem público* era reconhecido como tendo um valor positivo para a sociedade, a mulher era obrigada a se comportar de forma exemplar para não receber a alcunha de *mulher pública* e, portanto, sem valor, correndo o risco de ser ridicularizada e mal vista pela sociedade, podendo até mesmo ser “excluída” do seu convívio. Este era um discurso moralizador que engessava as liberdades femininas e delimitava claramente as suas fronteiras. Vencer esse preconceito, para as mulheres, passou a ser primordial para se alcançar os objetivos de uma igualdade jurídica com os homens.

É nesse cenário de resistência à conquista do espaço público pelas mulheres que Leolinda vai atuar enfrentando tanto o antifeminismo de seus pares que se posicionavam contrárias a direitos para sua categoria, quanto os homens. Apesar de seu pioneirismo no movimento organizado de mulheres foi duramente criticada e muitas vezes ridicularizada

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

pela imprensa. Já a sociedade conservadora se chocou com as atitudes determinadas e irreverentes de Leolinda Daltro na busca pelos seus ideais de igualdade. As provas da resistência as suas ideias foram não ter conseguido os cargos públicos que almejava nem ao menos ser reconhecida como pioneira do feminismo por Bertha Lutz. Talvez por isso,

Ciente de sua importância política e histórica, a professora Leolinda [...] registrou cópia da ata de fundação do Partido Republicano Feminista (1910), publicado em forma de brochura e de alguns exemplares do jornal *A Política*, de sua direção, como forma de atestar seu pioneirismo no movimento feminista brasileiro, quando Bertha Lutz foi aclamada a primeira brasileira feminista (ROCHA, 2016, p. 32).

O papel percussor da professora Leolinda Daltro nos movimentos feministas brasileiros não pode ser esquecido e sem dúvidas abriu caminhos dando visibilidade ao direito ao voto feminino e tornando as batalhas das que vieram depois um pouco mais amenas. Junto com o partido que fundou Leolinda foi perdendo espaço na mídia escrita, à medida que a partir de 1918, Bertha Lutz passou a ocupar os meios de comunicação com seus artigos e a receber apoio dos mesmos à causa da igualdade de direitos. Quando se lançou ao cargo de Intendente do Rio de Janeiro os jornais fizeram uma chacota a sua pretensão e Bertha Lutz sequer fez algum comentário em favor da mesma. Após 1922 o Partido Republicano Feminino vai saindo de cena e sua dirigente se concentra no exercício do magistério, entretanto, não abandona a militância, pois:

Na década de 1930 Leolinda permaneceu ativa fazendo parte da *Aliança Nacional de Mulheres*, agremiação fundada em 1931 pela advogada Natércia da Silveira, bem como sendo candidata nas eleições de 1933 e 1934. A disputa pela primazia e pelo pioneirismo à frente do movimento organizado feminino podia ainda ser verificada em 1934, quando Leolinda concorreu a uma vaga no Parlamento, pelo *Partido Nacional do Trabalho* (KARAWEJCZYK, 2014, p. 345).

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

As brasileiras conquistam o direito ao voto após a aprovação do novo Código Eleitoral em 1932, Leolinda quando se candidatou estava disputando uma vaga na Constituinte de 1934 para defender outros novos direitos que deveriam se estender as mulheres. Esse sonho não pode ser concretizado por ter sido atropelada, vindo a falecer em 1935 em decorrência de complicações desse infortúnio.

Quando analisamos a trajetória de Bertha Lutz percebemos que as suas ideias foram mais aceitas pela sociedade e que sofreu menos discriminação que Leolinda, pois, contou com o apoio da imprensa e das mulheres da classe alta. Devemos considerar que a atuação de Bertha ocorreu após a Primeira Guerra Mundial. Conflito que provocou muitas mudanças, no papel da mulher no espaço público o que teria tornando suas bandeiras mais aceitáveis. Usando a imprensa procurou se posicionar desvinculando-se das ideias de Leolinda que pertenciam a estratos sociais distintos e praticava uma militância que foi vinculado as práticas agressivas das inglesas. No entanto, tanto Bertha Lutz quanto Leolinda Daltro tinham em comum a mobilização das mulheres brasileiras para exigirem seus direitos.

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo-SP, filha da enfermeira Amy Fowler inglesa e do médico-cientista brasileiro Adolfo Lutz. Coursou o primário no Externato Madame Ivancko na cidade de São Paulo. As demais etapas de sua formação foram realizadas na Universidade de Sorbonne, França obtendo em 1918 o diploma de licenciatura em Ciências. Poucas mulheres do seu tempo tivera o privilégio de estudar no exterior, feito pensado apenas para as filhas de algumas famílias abastadas.

Volta ao Brasil após concluir seus estudos em Paris e assume o seu primeiro emprego como assistente de seu pai, de maneira extraoficial e sem concurso público.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

Concomitante à função de assistente escreve para jornais acerca da emancipação feminina e se prepara para a seleção de secretária do Museu Nacional, na qual acabaria sendo aprovada e contratada. Pelos idos de 1922 funda uma associação de abrangência nacional para interceder pelos direitos das brasileiras. Nasce assim como resultado da luta pelo sufrágio a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), dirigida por Bertha Lutz e que durou até 1937 quando foi instituído o Estado Novo por Getúlio Vargas.

As principais solicitações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) aos poderes constituídos iam para além do sufrágio feminino, pois advogavam educação formal para as mulheres, defendiam as crianças e as mães mais vulneráveis e a regulamentação do trabalho feminino. Apesar da defesa da mulher operária, na prática a federação era formada majoritariamente por mulheres de classe média alta.

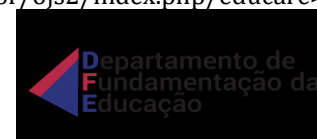
Maria Lacerda e Bertha Lutz trocaram correspondências, em um dado momento se aproximaram e depois se afastaram, pois, tinham perspectivas diferentes sobre os meios de lutas e as bandeiras para obterem a igualdade entre gêneros na sociedade da época. Apesar das divergências foram bastante atuantes os anos 20 e 30 do século XX.

Ao que parece a aproximação e posterior afastamento entre Lacerda e Lutz se converteram em contribuições para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). De acordo com Karawejczyk (2014, p. 122) Maria Lacerda teria contribuído para a estrutura organizacional e as diretrizes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e para delinear a atuação moderada da sua líder visto que,

Tanto a aproximação quanto o afastamento de Lutz e de Moura foram importantes para a organização do movimento feminista liderado por Bertha. A aproximação entre elas – no final de 1920 – parece ter sido a responsável por grande parte das diretrizes que Bertha iria tomar à frente da Liga, e seu afastamento – a partir do final de 1921 – também

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

expôs os limites a que Bertha não estava disposta a cruzar pela causa feminista. Um desses limites foi definido pela posição radical de oposição à Igreja Católica demonstrada por Maria Lacerda de Moura, uma vez que Bertha, mais do que confrontação, buscava a conciliação para atingir os seus objetivos.

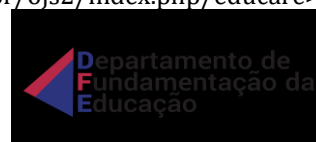
Mineira de Barbacena Maria Lacerda de Moura (1887-1945), filha de um funcionário público conseguiu formar-se professora na Escola Normal Municipal de Barbacena mesmo sem ser de família abastada, graças ao empenho de seu genitor. Migrou para São Paulo no início da década de 1920, passou a desenvolver e publicar suas ideias e projetos educacionais além de entrar em contato com grupos de viés anarquistas e associações de mulheres.

Ao concluir seus estudos na Escola Normal torna-se professora, jornalista e escritora. Em seus livros expunha suas ideias em defesa da educação para as jovens como uma ferramenta que possibilitaria o fim das desigualdades e da submissão das mulheres. Proferiu diversas palestras nas quais verbalizava sua posição frente à emancipação das mulheres. Suas produções apontam os impasses a serem confrontados e abordados para a emancipação feminina. Baixos salários, exploração, baixa escolaridade eram alguns dos assuntos citados.

De acordo com a pensadora, a mulher brasileira deve formar um núcleo de resistência feminina; pregar e exigir a educação popular; trabalhar para a criação de universidades femininas; abrir escolas em diversas localidades; promover o estudo de temáticas diversas; trabalhar com a juventude; pregar pela paz e abominar a guerra (FREITAS e ORNELLAS, 2019, p. 133).

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

Maria Lacerda influenciada pelas ideias Iluministas, Positivistas, Anarquistas e de posicionamento anticlerical, sempre em defesa da educação e da emancipação da mulher escreveu vários livros e artigos para jornais. De acordo com Lima (2016, p. 102)

[...] é autora das seguintes obras: *Em torno da Educação* (1918), *Renovação* (1919), *A mulher é uma degenerada?* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *De Amundsen a Del Prete* (1928), *Civilização, tronco de escravos* (1931), *Amái-vos e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me...* (1933), *Han Ryner e o amor no plural* (1933), *Clero e Fascismo, horda de embrutecedores* (1933), *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (1933). Além disso, organizou os cinco exemplares da revista *Renascença* (1923), revista "de arte e pensamento", e contribuiu com diversos jornais e revistas operárias (como *A Plebe*, *A Lanterna*, *Jornal do Commercio* - São Paulo e Rio de Janeiro -, *O Combate*, entre tantos outros no Brasil, além da revista *Estudios* na Espanha).

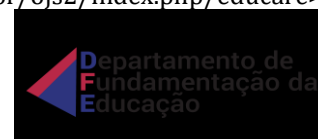
A história de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura se cruzam no momento que as duas se unem e fundam a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher que passa a se chamar posteriormente de Liga pelo Progresso Feminino. Lutz preconizava a organização das mulheres como meio de obter o direito ao sufrágio e conquistar outras esferas do espaço público como a possibilidade de fazer parte do serviço público e da universidade.

As cartas particulares trocadas entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz revelam uma relação de proximidade e afeto. Já as que foram escritas endereçadas a Presidente da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher tem a escrita mais formal e solene. Contudo, é possível perceber que existia um trato de consideração e respeito entre ambas, provavelmente pelo elo que as unia, ou seja, a liberdade e autonomia das mulheres (COSTA e MARTINS, 2016).

Maria Lacerda responde as cartas de Bertha fazendo elogios as suas matérias nos jornais, à escolha como diretora de associações e ao interesse pela causa da emancipação

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

feminina. Sem deixar de fazer suas observações que a luta pela emancipação feminina não deveria ficar restrita a uma associação ou Liga ela teria que ter uma abrangência maior atingindo um raio de ação mais amplo. "Para efetivar esse raio de ação, propõem a formação de um grupo de ambos os sexos que se utilizando da palavra oral ou escrita trabalhe em pro da "educação *racional e científica da mulher*" (MARTINS e COSTA, 2016, p. 217).

Ainda que concordassem com algumas ideias emancipacionistas femininas Maria Lacerda e Bertha Lutz divergiam na maneira como se obteriam a igualdade de direitos entre os gêneros. No ponto de vista de Karawejczyk (2014, p.106).

[...] Lutz procurava integrar a mulher brasileira na sociedade vigente, solicitando os mesmos direitos que os homens, pelas vias legais, mas sem propor mudanças radicais na forma com que a mulher estava inserida, enquanto Moura procurava, por sua vez, expor a servidão que o sexo feminino estava vivenciando naquele momento e propunha uma revolução nos costumes.

O posicionamento de Maria Lacerda representava uma ruptura com as amarras postas pela sociedade conservadora e de mudanças nos costumes. Bertha Lutz segue durante sua vida política propondo mudanças, mas sem radicalismos e sem enfrentamento à classe média alta.

O período em que morou na São Paulo urbanizada favoreceu a percepção de Maria Lacerda de que o processo de industrialização era excludente, explorador para os operários e as operárias, mas as mulheres e as crianças eram as que mais sofriam. Essa percepção a levou a se posicionar em desacordo com o movimento sufragista, que no seu entender era limitado e não modificava as vidas das operárias, já que beneficiava parte das mulheres da elite que possuíam uma vida cotidiana em um universo distinto da mão



Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

de obra feminina das fábricas, apesar de ambas sofrerem repressão de gênero ou sexismo. Como descrito por Lima (2016, p. 107)

Estas condições não passaram despercebidas por Maria Lacerda de Moura que percebeu as diferentes maneiras pelas quais as mulheres vivenciavam suas condições de exploradas e submissas. Entendeu então que a ênfase na luta pelo voto feminino não garantiria a liberdade de muitas mulheres, escravas da dupla moral sexual burguesa - que instituía o casamento como norma, ao passo que subjugava algumas outras mulheres ao trabalho, tão necessário a moral burguesa, da prostituição -, do trabalho, da família e do sistema capitalista industrial e urbano que trazia novas questões à condição das mulheres. Esta discordância com os movimentos feministas do período levou-a a distanciar-se destes, não se apartando, entretanto, da discussão acerca da emancipação feminina, mas, sobretudo, ampliando seus horizontes.

A estadia em São Paulo foi para ela de muito aprendizado e mudanças de posicionamento frente aos movimentos feministas. Ela se aproxima de Bertha Lutz e de suas bandeiras de luta para em seguida se distanciar. Em Freitas e Ornellas (2019, p.130) vamos encontrar o seguinte esclarecimento

O ano de 1921, aos 34 anos, Maria Lacerda de Moura mudou-se para São Paulo e passou a ter um maior contato com o associativismo feminino e com o movimento operário da época. Chegou a colaborar com a líder feminista Bertha Lutz e presidiu a Federação Internacional Feminina. Mas em 1922 rompeu com os movimentos associativos feministas, fundamentalmente preocupados com o sufrágio feminino, pois entendia que a luta pelo direito de voto respondia a uma parcela muito limitada das necessidades das mulheres.

Afasta-se do movimento feminista sufragista, mas continua se posicionando em defesa da emancipação feminina. Após romper com o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz se dedicou proficuamente a imprensa operária de viés anarquista. Entretanto,

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

manteve correspondência com Bertha Lutz já que possuíam, em comum, a pauta da liberdade e educação das mulheres.

Ao final dos anos de 1921 Maria Lacerda abandona o tom conciliador e moderado, e passa a adotar posicionamento mais radical enquanto colabora com a imprensa argentina e espanhola. Viajou aos países da América do Sul proferindo palestras a convite de instituições de ensino. Nelas, propunha a paz e se posicionava contra aos ideais fascistas. No ponto de vista de Karawejczyk (2014, p.109)

Ao longo da vida, Maria Lacerda radicalizou suas ideias, passando a pregar o amor livre e a maternidade consciente, bem como denunciando o clericalismo, o problema da mulher celibatária e da prostituta, provocados pela família burguesa, e apregoando o individualismo. Buscou também conscientizar as mulheres acerca de sua condição de servidão à família.

No que pese as ideias de Maria Lacerda bastante avançadas sobre a condição feminina que chocava a sociedade conservadora da época vamos encontrar em Martins e Costa (2016, p. 222) o seguinte esclarecimento

[...] seu trabalho de escritora e militante pela emancipação feminina, entre outras causas pelas quais lutava, não nega o seu papel de mulher, o de esposa e o de mãe. Mãe que desejara ser e, quando não conseguiu, adotou os filhos, mas não deixando de mostrar que essa posição de mãe e esposa não é um papel social permanente e natural. Para ela, a mulher não deve apresentar uma postura servil, ela deve ter a consciência de si e de seu corpo.

Percebendo que a condição de mãe e esposa eram papéis impostos pela sociedade como um dos fundamentos da razão da existência feminina, concluiu que não eram imutáveis e muito menos intrínsecos, o que demonstra uma percepção vanguardista para

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

a época o entendimento de que à mulher cabia decidir sobre o seu corpo e sobre sua posição na sociedade.

A educação seria a fórmula propulsora da mudança para as brasileiras superarem as desvantagens em que se encontravam. Atribuía à instrução o poder de manter as mulheres na condição de submissas ou superá-las, para tanto segundo Pacheco (2010, p. 63)

Compreendia que a educação era fundamental para as mulheres, e que estas deveriam ser educadas tendo em vista o bem-estar individual e coletivo. As desigualdades sociais entre os gêneros e a condição em que se encontravam as mulheres, para Lacerda, eram decorrentes da educação que recebiam, tanto escolar como não escolar [...].

Portanto a maneira de educar as mulheres seria primordial para alcançar a emancipação feminina e superar as distinções sociais.

Nessa perspectiva, sendo anticlerical defendia uma sociedade laica e livre da influência da Igreja católica e dos religiosos, pois na sua concepção, um dos maiores obstáculos à emancipação feminina era a ingerência dos religiosos na vida das mulheres inculcando o ideário de submissão e subserviência aos homens, apregoado à época. Ao contrário "Ela buscava não se render aos princípios estabelecidos na sociedade para as mulheres; por isso, lutou pela autonomia e o livre pensamento" (MARTINS e COSTA, 2016, p. 219).

Sua preocupação incessante com a educação é comprovada pela sua participação na Liga contra o Analfabetismo e em seus escritos, que demonstram quão importante era a instrução educacional para as mulheres obterem a emancipação. Além de esboçar a criação de uma rede de universidades que se estendesse a todas as cidades brasileiras e atendessem a população em especial a formação das mulheres baseando seus ensinamentos

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

na razão e na ciência, como meio de garantir a luta pela independência feminina. Na opinião de Pacheco (2010, p. 70-71)

[...] a concepção de emancipação trazida por Lacerda era abrangente, e além de direitos políticos, guardava estreita relação com a dimensão econômica, da sexualidade e dos saberes femininos. Passava necessariamente pelo acesso da mulher à educação, tanto profissional como intelectual. Extrapolava a condição feminina para se constituir em emancipação humana, que no seu entender, para ser alcançada, requer não apenas a libertação da mulher, mas a simultânea libertação do homem, o qual Lacerda reconhecia como um indivíduo escravizado pela sociedade capitalista e incapaz de pensar por si mesmo, senão dentro da moral da cultura vigente (cristã, ocidental, capitalista, etc.).

Uma mulher à frente de seu tempo, observadora da sociedade na qual estava inserida que defendeu as ideias nas quais acreditava e as divulgou através da imprensa, dos livros e das conferências que participou ganhando notoriedade fora do Brasil. Pacheco (2010, p. 62) assim nos descreve Lacerda

Ativa conferencista, tratou de temas como educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo, tornando-se conhecida não só no Brasil, mas também no Uruguai e Argentina, onde esteve convidada por grupos anarquistas e sindicatos locais. Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil e uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical.

O legado de Maria Lacerda de Moura é imenso, mas nem sempre lembrado e reconhecido como coloca Roberto (2016, p. 01)

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

[...] apesar de uma forte atuação no início do século XX, ela sofreu um apagamento na história da educação brasileira, na sua pertença nas lutas em defesa dos direitos da mulher, nos embates anticlericais e contra as várias formas de autoritarismo, pois, em função, da sua rebeldia e individualismo, sofreu as “sanções” por não se adequar a nenhum grupo [...].

Mesmo com uma vasta produção e abordando assuntos que hoje são pertinentes, Lacerda foi silenciada, perseguida e ignorada por não se integrar ao que era concebido como normal à época nem mesmo o seu reconhecimento em países da América do Sul motivou a sociedade brasileira a reconhecer a sua importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades políticas de Leolinda Daltro, Bertha Lutz e Maria Lacerda foram relevantes e contribuíram para os movimentos feministas na luta por igualdade, cidadania mesmo que a principal pauta tenha sido a conquista do direito de votar. Essas brasileiras foram contemporâneas em uma época em que, para a sociedade brasileira, lutar pelo direito de ocupação do espaço público para as mulheres, representava lutar contra os homens.

Assumiram posicionamentos, ora convergentes, ora divergentes, mas tendo sempre ideais comuns, muito embora os meios para chegar ao objetivo comum as tenham distanciado em vários momentos de suas trajetórias. Seguiram caminhos individuais e independentes, porém, mesmo a despeito das forças adversas da sociedade e com todas as limitações do período vivido, lutaram pelo que acreditavam e obtiveram ganhos nos seus postulados do sufrágio. Sem, no entanto, conseguir totalmente a emancipação feminina que carece de muitas batalhas que ainda estão por vir.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

REFERÊNCIAS

BESTER, G. M. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, v. 25, p. 327-343, jul/dez 2016. ISSN 2317-3882. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/907>. Acesso em: 15 julho 2019.

FREITAS, J. M. D. S.; ORNELLAS, N. V. A. **Maria Lacerda de Moura**: repercussões da passagem da educadora libertária e militante feminista por Juiz de Fora (outubro, 1920) e análise da conferência por ela proferida nesta ocasião. Anais do I Seminário Nacional - Mulheres e a escrita da História: arte, letras e trabalho. Juiz de Fora-MG. 2019. p. 127-137.

KARAWEJCZYK, M. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura - uma parceria inusitada. **GÊNERO**, Niterói-RJ, v. 14, n. 2, p. 105-124, 2014. Disponível em: <https://periodicístico/revistagenero/article/view/31192/18281>. Acesso em: 06 abr. 2020.

KARAWEJCZYK, M. Suffragettes nos trópicos? A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora-MG, v. 20, p. 327-346, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/issue/view/867>. Acesso em: 08 agosto 2019.

LIMA, N. F. D. **Maria Lacerda de Moura na Revista Estudos (1930-1936)**: anarquismo individualista e filosofia da natureza. Curitiba-SC. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, 2016. 167 f. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/1993>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MARTINS, Â. M. S.; COSTA, N. M. Movimento feminista e educação: cartas de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz (1920-1922). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 11, n. 21, p. 211-229, jan/jul 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2539/2777>. Acesso em: 08 abr. 2020.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

PACHECO, J. O. O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea, São Leopoldo-RS, Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. 93 f. 2010. Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2003/JoicePachecoEducao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PINTO, C. R. J. **Um história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROBERTO, J. D. C. A singularidade de Maria Lacerda de Moura: Reflexões em torno do livro "Renovação" (1919). **Anais do XVII encontro de História da Anpuh do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 08 a 11 agosto 2016. 01-10. Disponível em:
http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465263131_ARQUIVO_A_NPUH_RIO-XVIIENCONTRODEHISTORIA-TEXTOCOMPLETO-MARIALACERDADEMOURA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

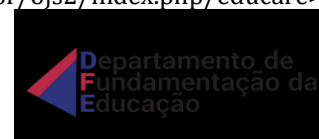
ROCHA, E. P. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 29-47, janeiro-junho 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n15p29/33522>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:
https://archive.org/stream/scott_gender#page/n8/mode/1up. Acesso em: 28 ago. 2018.

SOUZA, V. D. D. "Mulheres uni-vos!": o movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934). **Bilros História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, Fortaleza, v. 6, n. 13, p. 54-74, set.-dez 2018. Disponível em:
http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6000/2018_souza_movimento_feminista_manifestacoes.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 abr. 2020.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.





Luizelene Moreira de Sousa

Educação básica do Governo do Estado da Paraíba | Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Eleta de Carvalho de Freire

Universidade Federal de Pernambuco

Recebido em: 14/05/2020

Aprovado em: 20/05/2020

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.

